

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Central Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Sicoob Uni em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 05 de abril de 2019.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nestor Ferreira Campos Filho', is positioned above the typed name.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
CNPJ: 04.243.780/0001-51
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017



Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
<u>Circulante</u>		<u>2.825.183.248</u>	<u>1.081.887.782</u>	<u>Circulante</u>		<u>2.765.152.961</u>	<u>1.034.209.616</u>
Disponibilidades		238.429	1.119.174	Relações Interfinanceiras	13	2.739.504.598	1.025.873.104
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	2.575.417.008	964.952.860	Centralização Financeira - Cooperativas		2.739.504.598	1.025.873.104
Títulos e Valores Mobiliários	06	204.273.230	114.876.066	Outras Obrigações		25.648.363	8.336.512
Operações de Crédito	07	28.116.424	-	Sociais e Estatutárias	14a	1.129.476	923.744
Operações de Crédito - Setor Privado		28.419.570	-	Fiscais e Previdenciárias	14b	449.909	330.270
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(303.146)	-	Diversos	14c	24.068.978	7.082.498
Outros Créditos	08	17.002.080	876.854	<u>Não Circulante</u>		<u>195.134</u>	<u>121.070</u>
Diversos		17.002.080	876.854	Provisão para Demandas Judiciais	15	195.134	121.070
Outros Valores e Bens	09	136.077	62.828	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>100.473.631</u>	<u>70.973.950</u>
Despesas Antecipadas		136.077	62.828	Capital Social	16a	82.927.161	58.766.731
<u>Não Circulante</u>		<u>40.638.478</u>	<u>23.416.854</u>	Reserva de Sobre	16b	1.960.308	1.661.343
Realizável a Longo Prazo		2.139.483	714.197	Reserva Especial	16c	14.689.265	9.523.186
Operações de Crédito	7	1.221.277	-	Sobras Acumuladas	16e	896.897	1.022.690
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(9.160)	-				
Outros Créditos	15	927.366	714.197				
Investimentos	10	21.434.426	20.058.606				
Ações e Cotas		21.434.426	20.058.606				
Imobilizado de uso	11	16.393.722	2.287.322				
Outras Imobilizações de Uso		2.287.807	1.736.679				
Imóveis de Uso		15.674.530	1.605.441				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.568.615)	(1.054.798)				
Intangível	12	670.847	356.729				
Softwares		1.341.733	884.548				
(-) Amortizações Acumuladas		(670.886)	(527.819)				
TOTAL DO ATIVO		2.865.821.726	1.105.304.636	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.865.821.726	1.105.304.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das Sobras e Perdas

2º Semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18a	84.391.645	120.964.839	93.336.726
Operações de Crédito		478.301	522.128	26.041
Rendas de Aplicações		79.483.309	112.646.154	75.743.591
Títulos e valores mobiliários		4.430.035	7.796.557	17.567.094
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(222.306)	(312.306)	9.226
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(222.306)	(312.306)	9.226
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		84.169.338	120.652.533	93.345.952
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(82.092.160)	(113.319.668)	(85.120.004)
Receitas de Prestação de Serviços		4.450	4.450	-
Despesas de Pessoal	18b	(5.223.901)	(9.596.685)	(8.049.830)
Outras Despesas Administrativas	18c	(1.483.530)	(2.761.698)	(2.184.164)
Despesas Tributárias		(48.076)	(83.753)	(52.501)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	684.461	-
Outras Receitas Operacionais	18d	9.614.301	19.928.067	18.703.763
Outras Despesas Operacionais	18e	(84.955.406)	(121.494.513)	(93.537.272)
RESULTADO OPERACIONAL		2.077.179	7.332.865	8.225.948
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18f	226.445	276.568	(872)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		2.303.624	7.609.433	8.225.076
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(138)	(16.177)	-
Provisão para Imposto de Renda		(65)	(7.583)	-
Provisão para Contribuição Social		(73)	(8.594)	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		2.303.486	7.593.256	8.225.076
Juros Sobre o Capital Próprio		(4.343.240)	(4.343.240)	(4.816.109)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(2.039.754)	3.250.016	3.408.967
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(2.353.119)	(2.353.119)	(2.386.277)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(559.326)	(559.326)	(340.897)
Fundo de Reserva		(298.965)	(298.965)	(340.897)
Reserva Estatutária		(1.494.828)	(1.494.828)	(1.704.483)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		(4.392.873)	896.897	1.022.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017



Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Fundo de Reserva	Reserva Especial	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.395.789	1.320.446	5.113.678	2.705.025	54.534.937
Integralizações/Subscrições de Capital	8.647.101				8.647.101
Destinação das Sobras para a Reserva Especial			2.705.025	(2.705.025)	-
Devolução de Capital	(88.567)				(88.567)
Incorporação de Juros ao Capital	4.812.409				4.812.409
Sobras do exercício				3.408.967	3.408.967
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva		340.897		(340.897)	-
Reserva Especial			1.704.484	(1.704.484)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social				(340.897)	(340.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.766.731	1.661.343	9.523.186	1.022.690	70.973.949
Integralizações/Subscrições de Capital	19.817.190				19.817.190
Destinação das Sobras para a Reserva Especial			1.022.690	(1.022.690)	-
Contribuições para a Reserva Especial			2.648.561		2.648.561
Incorporação de Juros ao Capital	4.343.240				4.343.240
Sobras do exercício				3.250.016	3.250.016
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva		298.965		(298.965)	-
Reserva Especial			1.494.828	(1.494.828)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social				(559.326)	(559.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	82.927.161	1.960.308	14.689.265	896.897	100.473.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO



CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

2º Semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	897.672.513	1.685.817.581	326.652.936
Sobras / (Perdas) ajustadas	(1.413.570)	4.228.143	3.749.927
Sobras do Exercício	(2.039.754)	3.250.016	3.408.967
Depreciações	337.036	522.755	227.330
Amortizações	66.842	143.066	122.856
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	222.306	312.306	(9.226)
(Aumento) redução nos Ativos	(44.443.974)	(49.427.971)	63.126.122
Títulos e Valores Mobiliários	(1.815.861)	(3.375.480)	62.408.830
Operações de Crédito	(26.640.847)	(29.640.848)	345.104
Outros Créditos	(16.060.331)	(16.338.394)	358.792
Outros Valores e Bens	73.065	(73.249)	13.396
Aumento (redução) nos Passivos	943.530.057	1.731.017.409	259.776.887
Outras Obrigações	15.608.755	17.385.915	(3.615.474)
Relações Interfinanceiras	927.921.302	1.713.631.494	263.392.361
Fluxo de caixa das atividades de investimento	47.551	(16.462.159)	(4.349.062)
Aumento dos Investimentos	954.666	(1.375.820)	(3.625.617)
Aquisições do Imobilizado	(476.538)	(14.629.154)	(523.115)
Intangível	(430.577)	(457.185)	(200.330)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	20.932.101	26.249.665	13.030.046
Integralizações de Capital	17.148.187	19.817.190	8.647.101
Devolução de Capital	-	-	(88.567)
Contribuição para Reserva Especial	-	2.648.561	-
Constituição do FATES	(559.326)	(559.326)	(340.897)
Incorporação dos Juros ao Capital	4.343.240	4.343.240	4.812.409
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez)	918.652.165	1.695.605.087	335.333.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	1.816.805.420	1.039.852.498	704.518.578
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 4)	2.735.457.585	2.735.457.585	1.039.852.498
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	918.652.165	1.695.605.087	335.333.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO**, fundada em **27 de agosto de 2000**. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 21 de março de 2018.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em **31 de dezembro de 2018 e de 2017**, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	474	5.425
Depósitos Bancários	237.955	1.113.749
Depósitos Interfinanceiros (DI)	2.575.417.008	964.952.860
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa	159.802.148	73.780.464
TOTAL	2.735.457.585	1.039.852.498

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2018 e de 2017**, as aplicações estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros (I)	2.575.417.008	964.952.860
TOTAL	2.575.417.008	964.952.860

(I) Refere-se as aplicações realizadas no Bancoob com taxas de 98% e 101% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e de 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro	721.132	-
LFT CENTRALIZAÇÃO RECURSOS MUNICIPIOS	721.132	-
Cotas de Fundo Curto Prazo	4.384.733	4.172.537
BANCO DO BRASIL - CP	4.384.733	4.172.537
Cotas de Fundo de Renda Fixa	199.167.365	110.703.529
BANCO DO BRASIL – Renda Fixa	39.365.217	36.923.065
BANCOOB CENTRALIZAÇÃO FI – Renda Fixa	159.802.148	73.780.464
TOTAL	204.273.230	114.876.066

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos	28.419.571	1.221.277	29.640.848	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(303.147)	(9.160)	(312.307)	-
TOTAL	28.116.424	1.212.117	29.328.541	-

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	18.000.000	18.000.000	-	-	-
A	0,50%	Normal	820.428	820.428	(4.103)	-	-
B	1%	Normal	820.420	820.420	(8.204)	-	-
C	3%	Normal	10.000.000	10.000.000	(300.000)	-	-
Total Normal			29.640.848	29.640.848	(312.307)	-	-
Total Geral			29.640.848	29.640.848	(312.307)	-	-
Provisões			(312.307)	(312.307)	-	-	-
Total Líquido			29.328.541	29.328.541	-	-	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	10.000.000	31%	-	0%
Total da Carteira	29.640.848	100%	-	0%

d) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	26.114.252	2.305.319	1.221.277	29.640.848
TOTAL	26.114.252	2.305.319	1.221.277	29.640.848

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Indústria	1.640.848	1.640.848	6%
Setor Privado - Serviços	28.000.000	28.000.000	94%
TOTAL	29.640.848	29.640.848	100%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos e Antecipações Salariais	20.503	68.481
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	329.202	137.905
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	9.913	-
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 15)	927.366	714.197
Pagamentos a Ressarcir	958.052	403.633
Títulos e Créditos a Receber	-	180.000
Devedores Diversos – País (I)	15.684.410	86.835
TOTAL	17.929.446	1.591.051
Circulante	17.002.080	876.854
Não Circulante	927.366	714.197

(I) Refere-se, basicamente, ao saldo da centralização financeira, no montante de R\$ 14.794.751, mantido em outra central de crédito por cooperativa incorporada por singular associada à Central Sicoob Uni, cuja transferência financeira foi efetuada em janeiro de 2019.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas (I)	136.077	62.828
TOTAL	136.077	62.828

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale alimentação e vale transporte.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, por ações do BANCOOB e cotas de capital do Sicoob Confederação.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações inst financ controlada coop crédito (I)	14.944.251	14.373.736
Participações coop exceto coop central crédito (II)	200.000	200.000
Sicoob Confederação (III)	5.108.609	4.987.765
Participações empr controlada coop central crédito (IV)	1.176.890	492.429
Outros Investimentos	4.676	4.676
TOTAL	21.434.426	20.058.606

(I) Ações do Bancoob, compostas por 3.668.182 ações ordinárias nominais e 3.176.780 ações preferenciais nominais.

(II) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) Filiação à Confederação Nacional do Sicoob, com aquisição de quotas de capital do Sicoob, no montante de R\$ 5.108.609.

(IV) O investimento na empresa Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A participação da central corresponde a 99% do capital da corretora, cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.215.843.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		297.912	-
Terrenos		5.530.368	550.000
Edificações	4%	10.144.162	1.055.441
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(538.117)	(253.836)
Instalações	10%	119.278	110.286
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(67.982)	(58.075)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	635.386	583.189
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(220.013)	(173.375)
Sistema de Comunicação	20%	176.006	166.213
Sistema de Processamento de Dados	10%	882.047	699.812
Sistema de Segurança	10%	28.989	28.989
Sistema de Transporte	20%	148.190	148.190
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(742.504)	(569.512)
TOTAL		16.393.722	2.287.322

12. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	1.341.733	884.548
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(670.886)	(527.819)
TOTAL	670.847	356.729

13. Relações Interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da **CENTRAL SICOOB UNI** com liquidez imediata, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	2.739.504.598	1.025.873.104
TOTAL	2.739.504.598	1.025.873.104

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sociais e Estatutárias	1.129.476	923.744
Fiscais e Previdenciárias	449.909	330.270
Diversas	24.067.978	7.082.498
TOTAL	25.648.363	8.336.512

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (I)	1.129.476	920.044
Cotas de Capital a Pagar (II)	-	3.700
TOTAL	1.129.476	923.744

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se ao crédito de juros sobre o capital a ser pago da cooperativa desligada SICOOB UNIASACRED.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	449.909	330.270
TOTAL	449.909	330.270

c) Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	512.256	258.581
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	1.105.833	789.899
Credores Diversos – País (III)	22.450.889	6.034.018
TOTAL	24.068.978	7.082.498

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) Refere-se, principalmente, aos seguintes valores: provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em dezembro/2018, no valor de R\$ 13.243.236, que foi efetivamente pago em janeiro/2019; e pendência a regularizar, no montante de R\$ 8.605.288, relativo a créditos de centralização financeira mantida em outra central de crédito por cooperativa incorporada por singular associada à Central Sicoob Uni, cuja transferência financeira foi efetuada em janeiro de 2019.

15. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	195.134	195.134	121.070	-
Outros	-	732.232	-	714.197
TOTAL	195.134	927.366	121.070	714.197

Segundo a assessoria jurídica da **CENTRAL SICOOB UNI**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	82.927.161	58.766.731
Associados	20	8

A Central Sicoob Uni recebeu a filiação de 11 novas cooperativas singulares em junho/2018 e de mais 1 cooperativa em julho/2018, totalizando 20 cooperativas filiadas ao final do exercício de 2018, aumentando em 150% o seu quadro de filiadas.

b) Reserva de Sobras – Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 16 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 50% das sobras do exercício. Este Fundo terá regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixará o modo de aplicação e liquidação, e será destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiadas no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiadas e outras não filiadas;
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas – tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiadas.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **28/04/2018**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de **R\$ 1.022.690** seriam destinadas para a reserva especial.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	3.250.016	3.408.967
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	260.360	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.989.656	3.408.967
Destinações estatutárias	(2.092.760)	(2.386.277)
Reserva legal - 10%	(298.966)	(340.897)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(298.966)	(340.897)
Fundo de Reserva Especial 50%	(1.494.828)	(1.704.484)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	896.897	1.022.690

17. Pagamento de Juros ao Capital

A Central Sicoob UNI pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Empréstimos	522.128	26.041
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	112.646.154	75.743.591
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	7.796.557	17.567.094
TOTAL	120.964.839	93.336.726

b) Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários	1.376.795	1.165.137
Despesas de Benefícios	1.229.356	999.506
Despesas de Encargos Sociais	2.011.498	1.684.999
Despesas de Proventos	4.961.798	4.167.635
Despesas de Treinamento	10.070	32.135
Despesas de Remuneração de Estagiários	7.168	417
TOTAL	9.596.685	8.049.829

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água Energia e Gás	93.732	69.960
Despesas de Aluguéis	102.803	183.584
Despesas de Comunicações	118.734	133.466
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	146.889	136.859
Despesas de Material	54.455	61.372
Despesas de Processamento de Dados	371.509	267.241
Despesas de Promoções e Relações Públicas	163.106	148.800
Despesas de Propaganda e Publicidade	151.337	82.797
Despesas de Seguros	10.381	9.064
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	8.942	16.118
Despesas de Serviços de Terceiros	45.157	33.676
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	50.997	34.228
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	382.348	383.888
Despesas de Transporte	31.676	28.743
Despesas de Viagem no País	128.655	75.287
Outras Despesas Administrativas	235.155	168.893
Despesas de Amortização e Depreciação	665.821	350.186
TOTAL	2.761.698	2.184.164

d) Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	70.844	132.528
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.224.420	4.631.604
Dividendos	1.553.571	1.470.072
Deduções e Abatimentos	1.571	280
Rateio de Despesas da Central Entre Filiadas	13.248.031	10.263.000
Atualização Depósitos Judiciais	18.034	186.617
Rendas de Repasses Delcredere	8.012	24.772
Outras Rendas Operacionais	803.584	1.994.890
TOTAL	19.928.067	18.703.763

e) Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Provisões Passivas	84.264	40.682
Perdas - Falhas de Gerenciamento	6.198	168.097
Multa e Juros Diversos	3.754	5.653
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	120.445.630	93.321.928
Outras Despesas Operacionais	954.666	-
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	-	912
TOTAL	121.494.513	93.537.272

f) Resultado não Operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	439	-
Ganhos de Aluguéis	226.011	-
Outras Rendas não Operacionais	50.118	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(872)
Resultado Líquido	276.568	(872)

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também a Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	31/12/2018	31/12/2017
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	29.640.848	-
Rateio/Alocação Filiadas	869.139	358.021
Centralização Financeira	(2.739.504.598)	(1.025.873.104)
Remuneração da Centralização Financeira	13.243.236	(5.683.565)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(82.927.161)	(58.766.731)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito	522.128	26.041
Rateio/Alocação Filiadas	13.248.031	10.263.000
Centralização Financeira	(120.445.630)	(93.321.928)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO	
EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.376.795)
Encargos Sociais	(442.042)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

20. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

20.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

20.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

20.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

20.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

20.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	94.838.811	64.834.658
Capital Principal - CP	29.001.572	12.398.154
Nível I	38.668.763	16.530.872
Índice de Basileia %	14,70%	23,49%
Razão de Alavancagem (RA) %	3,30%	5,85%
Índice de Imobilização %	18,74%	4,70%
Ativos Ponderados pelos Riscos	55.586.346	25.485.094

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2018.

Dr. Clídenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO